

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

REPERES. *Revue Européenne Pour l'Expansion des Recherches Educatives et Sociales*. Redação: Institut Pédagogique National — 29, rue d'Ulm — Paris V. Assinaturas: S. E. V. P. E. N. — 13, rue du Four — Paris VI. 20 F. Trimestral.

O desenvolvimento das ciências e técnicas, a multiplicação e o aceleração das permutas, a evolução das condições econômicas e sociais da vida, levaram todos os países a modificarem o seu ensino. Numerosas reformas foram feitas ou estão em curso de desenvolvimento nesses últimos anos, outras estão ainda em preparação. Em todos os países as autoridades governamentais ou universitárias se vêm a braços com os mesmos problemas: prolongamento da escolaridade, modificação dos programas e dos exames, transformação dos métodos, etc.

A revista *Reperes*, publicada pelo **Institut Pédagogique National** (França) tem, por finalidade seguir a evolução do ensino nos países europeus e, ao mesmo tempo, relatar as experiências levadas a efeito fora da Europa. Estudar, comparar, confrontar, e por isso mesmo ajudar para uma melhor solução dos problemas, para uma informação mútua e uma compreensão recíproca, tais são os objetivos dessa revista redigida por colaboradores tanto estrangeiros como franceses.

Os trabalhos, os estudos, os artigos desses colaboradores tentarão mostrar a situação do momento, dando ênfase, às experiências que merecem ser conhecidas, e, em sendo possível, poderão ser adaptadas ou seguidas por outros países.

Na primeira parte serão analisados os problemas gerais de ensino e educação, para deles se extrair o **espírito e o método**, divulgando assim as interferências entre a **educação e a vida**.

Além disso, uma outra série de estudos será feita sob a forma de inquéritos e reportagens **in loco**.

A segunda parte será consagrada a estudos objetivos de **educação comparada**.

A terceira parte reunirá um conjunto de informações, constituindo uma "coleção de fatos e observações" que permitirá comparações e aproximações.

E. S. P.

*

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. L'enseignement, Les établissements, les enseignements, les effectifs. N.º 1. 1964. S. E. V. P. E. N. Paris VI; 13, rue du Four. Assinatura 25 F.

Após ter analisado diversos aspectos do Ensino Superior, e consagrado muitos números especiais à apresentação dos problemas par-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

ticulares das diversas disciplinas, a **Revue de l'Enseignement Supérieur**, propõe-se, graças aos serviços da Direction de l'Enseignement Supérieur, a dar no seu primeiro número de 1964 uma visão sintética da situação atual das Universidades e do Ensino Superior francês.

Há uma quinzena de anos, com efeito, o Ensino Superior francês transformou-se profundamente; mudaram-se as propedêuticas científicas e literárias, reformou-se os estudos jurídicos e os estudos científicos, o ensino autônomo das ciências econômicas, deu-se início à reforma dos estudos de Medicina e do ensino do 3.º ciclo. Essas criações deram à Universidade um aspecto nôvo, mal conhecido e, portanto, muitas vezes criticado.

Esse atraso nas informações levou a **Revue de l'Enseignement Supérieur** a publicar um número especial sobre o assunto, que estudasse a situação atual, os esforços que estão sendo desenvolvidos e os problemas a resolver, para que a Universidade tenha uma organização capaz de fazer jus às suas obrigações para com os estudantes e cumpra os seus deveres para com a pesquisa.

Esse número apresenta-se em três partes distintas, descrevendo:

- a). os estabelecimentos universitários,
- b). a estrutura do ensino,
- c). o número de estudantes e os resultados atuais de sua escolaridade.

Cada capítulo é acompanhado de anexos dando uma vista analítica e pormenorizada das questões tratadas: assim, por exemplo, a organização interna de cada Universidade, a composição exata de cada diploma, quadros do número de estudantes e os resultados dos exames.

Lembramos que a **Revue de l'Enseignement Supérieur**, em cada um dos números, organiza uma crônica das atividades de cada estabelecimento de Ensino Superior francês e apresenta, semestralmente, os principais atos administrativos publicados no **Journal Officiel**.

E. S. P.

*

GAGE' (Jean). — **Les classes sociales dans l'Empire Romain**. Paris. Payot. 1964. 485 pp.

Acaba de ser publicada na "Bibliothèque Historique" da Editora Payot, Paris, uma obra do nosso mestre Jean Gagé, professor do Collège de France, dedicada às classes sociais no Império Romano.

Mesmo para as pessoas conhecedoras da cultura clássica, muitas vezes perguntas como estas: "Que representava realmente um senador romano durante o Império?" "Um cavaleiro?" "Um liberto dos Césares"? causam embaraço, pois não sabemos exatamente o lugar social e o papel representado por esses personagens; isso acontece tão somente porque a maioria das obras históricas tratam secundariamente desse assunto, e também porque durante o Império Romano a

atividade, a carreira pública, de um grande número de indivíduos pertencendo a essas diversas "classes" só é conhecida através de documentos gravados, cuja leitura e estudo são assunto para especialistas em epigrafia latina e grega.

A obra do nosso mestre Jean Gagé está cheia dessa experiência de tantos anos de ensino de história romana e de epigrafia latina nas Faculdades de Letras da França e na nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele procura esclarecer essa dificuldade apresentando ao mesmo tempo o "esbôço" dos quadros sociais reais, mais ou menos definidos pelo direito e retratos-tipos das principais categorias, cada um descrito no seu meio material, intelectual ou moral. Deu êle um grande destaque aos dados biográficos ou "prosopográficos", mas a abundância do material fornecido pelas inscrições não diminui naturalmente o valor dos dados fornecidos pelos textos escritos.

O Prof. Gagé mostra ao leitor, discutindo exemplos precisos, as teorias defendidas nesse assunto por uma obra de Michel Rostovtzeff (1), mas sem seguir inteiramente o plano exposto por êsse historiador, nem aceitando tôdas as suas interpretações.

O Prof. Gagé insiste principalmente sôbre a diferença entre a imagem que os testemunhos históricos antigos, a partir da própria Roma, dão das relações entre o imperador e o Senado, e a impressão que se tira dos movimentos observados nas províncias: por mais respeitável que seja a conduta moral dos senadores, de formação estoica, que lutaram em Roma contra o arbítrio de muitos Césares (no I século sobretudo), essa "oposição senatorial" não condicionou o conjunto das relações de solidariedade ou de colaboração, que se estabeleceram entre o Príncipe e os governadores oriundos do Senado, na administração das províncias. Não somente os provinciais puderam manter, em razão mesmo da ausência entre êles do preconceito de castas, uma atitude conciliatória em face de vigilantes e liberais imperadores considerados como tiranos pelos nobres de Roma. Mas verificou-se, no conjunto, que os imensos meios de que dispunha o Príncipe para promover os habitantes do Império, os súditos provinciais, para a cidadania romana, os notáveis das cidades para a fileira eqüestre e mesmo senatorial, tiveram por efeito — talvez intencionalmente — de afogar a antiga *nobilitas* numa aristocracia cada vez mais aberta aos provinciais, e particularmente dando-lhe por função a administração das cidades. Assim, o livro do Prof. Gagé dá uma ênfase a essa "classe decurional", de que os grandes trabalhos históricos falam tão pouco.

Pareceu contraditório ao Autor que, quando o esgotamento do recrutamento dos soldados nas cidades produziu no III século uma ruralização dos exércitos imperiais, a política dos imperadores no que concerne o regime de cultura das terras tornou-se tão rotineiro

(1). — Rostovtzeff (Michel). — *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid. Espasa Calpe S. A. 1937. 2 vols. Tradução do texto inglês por Luís López-Ballesteros. 508 + 502 pp., LXXX lâminas.

e tão favorável aos “latifundiários” que as populações campesinas por sua vez cansaram de fornecer recrutas para o exército.

Haverá causa mais grave, e mais facilmente explicável da “ruína” desse Império, isto é, da ruptura da sua unidade política do que êsse apontado pelo Prof. Gagé?

E. SIMÕES DE PAULA

*

Estatutos da Universidade de Coimbra (1559). Com introdução e notas históricas e crítica de Serafim Leite. *Acta Universitatis Conimbricensis*, Coimbra, 1963. 394 págs.

A *Acta Universitatis Conimbricensis* é uma coleção de obras das mais importantes que possui a cultura portuguesa, sendo a seleção dos seus títulos da responsabilidade do Reitor da Universidade e dos professores Manuel Lopes de Almeida e Alvaro J. da Costa Pimpão, catedráticos da Faculdade de Letras daquela Universidade e dirigentes da *Acta*.

O conjunto de estudos históricos que publicou até agora é enriquecido sobremaneira com o lançamento destes **Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)**, cujo texto foi criticado e anotado pelo padre Serafim Leite com aquela mesma erudição que sempre assinala os seus trabalhos.

Ainda que corresponda a um período de decadência da Universidade de Coimbra, que se inicia com a morte de D. João III em 1557 para só terminar com os novos Estatutos que lhe deu Pombal em 1772, quando então a preparação científica dos jovens brasileiros para lá remetidos ganhou notáveis resultados, o texto dos Estatutos de 1559 não perdem em interesse para o pesquisador brasileiro. É que Coimbra foi a maior responsável, durante pelo menos os nossos três primeiros séculos, pela formação de dezenas de brasileiros que conquistaram nível superior de ensino, vindo depois a assumir posições de destaque na administração, na economia, na religião, na política, enfim na sociedade colonial e imperial do Brasil.

A importância de que se reveste o achado desse manuscrito é portanto grande, pois antes apenas se podia ter uma idéia do que conteria através da conjectural identidade que devia guardar em relação aos Estatutos da Universidade de Évora, então conhecidos, conforme a falsa suposição de Teófilo Braga na história que escreveu do estabelecimento conimbricense (v. pág. 15 da **Introdução de Serafim Leite**). Entretanto, pode-se verificar agora ser improcedente tal identidade, dadas as discrepâncias existentes entre a lei orgânica de Évora e a de Coimbra.

O encontro do documento foi feito pelo padre László Lukács, quando investigava no **Archivio di Stato**, em Roma, sobre as classes de Latim e Humanidade dos primeiros colégios jesuítas. Por não atender o interesse específico de sua pesquisa, dele se desinteressou, dando ao padre Serafim Leite a oportunidade de aprovei-

tá-lo nesta edição. Trata-se de uma cópia do original, incluindo o Colégio das Artes (Curso de Artes apenas). Nesta edição fez ainda o seu anotador que fôsse inserto o Testamento do Infante D. Henrique, datado da Vila do Infante em 13 de outubro de 1460, porque nêle estão contidas disposições perpétuas para a Faculdade de Teologia, que são por diversas vêzes referidas no texto principal dos Estatutos.

A Introdução que fez o padre Serafim Leite compreende ligeiro histórico do surgimento da Universidade e do texto da sua lei orgânica, passando a destacar os trechos que correspondem ao Colégio das Artes, estudando a seguir a identificação, procedência e data do manuscrito, a importância que para êle teve o testamento do Infante D. Henrique, para afinal explicar o método crítico que orientou esta edição, que é completada ainda por uma lista de abreviaturas e por bem elaborado índice Alfabético e Remissivo.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

ALMEIDA (Manuel Lopes de). — **Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)**, s. e., Coimbra, 1964, 522 págs.

Conforme nos prometera em 1961, ao dar à publicidade o primeiro volume destas **Notícias históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)**, o professor Manuel Lopes de Almeida, da Universidade de Coimbra, oferece-nos agora o segundo volume das notícias que êle compilou durante atenta leitura da **Gazeta de Lisboa**, cuja coleção completa abrange o período que vai de 10 de agosto de 1715 até o fim do ano de 1820. A êste segundo volume (1751-1800), consoante ainda a promessa do autor, seguir-se-á um terceiro que conterà anotações esclarecedoras daquelas notícias que discrepam ou estão omisssas em relação às variantes dadas em outras fontes de natureza documental e bibliográfica.

Sôbre a importância que tem para o pesquisador brasileiro um repertório como êste, já tivemos ocasião de nos referir quando do lançamento do seu primeiro volume (**Revista de História**, n.º 47 — Universidade de São Paulo, julho-setembro de 1961).

Gostariamos agora de insistir no interesse que tem o conteúdo da **Gazeta**, cujo primeiro número apareceu com o nome de "Notícias do Estado do Mundo".

O fato do aparecimento da imprensa no Brasil se dar sômente no século XIX, faz com que a **Gazeta de Lisboa** seja o único noticiário jornalístico impresso referente ao Brasil que nós temos no século anterior abrangendo sua maior parte, isto é, oitenta e cinco anos.

Apesar do seu noticiário excessivamente sóbrio e omisso com frequência, a respeito do que se pode ter uma idéia se considerarmos que sôbre o terremoto havido em Lisboa em 1755, o jornal que

circulou dias depois, deu meia dúzia de linhas apenas. A sua coleção, que tivemos oportunidade de examinar na Biblioteca Nacional de Lisboa, representa um acervo de especial interesse para a história setecentista do Brasil, dado que em suas páginas encontramos fartas informações, sobretudo em relação aos problemas ligados à circulação marítima entre o Brasil e a metrópole portuguesa.

A vida política, militar, jurídica, religiosa, administrativa, social e econômica da colônia encontra também nas páginas da **Gazeta** extensa messe informativa, o que nos permite avaliar seu valor como fonte primária de consulta.

Não poucos dos nossos maiores historiadores têm-se valido da coleção da **Gazeta**. Em Portugal, ela chegou a oferecer tema para uma dissertação de licenciatura. **O Brasil através da Gazeta de Lisboa (1778-1801)**, apresentada em 1963 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela senhorita Maria José Norte de Oliveira Rainha.

Esse jornal que teve muitas vicissitudes em sua longa existência é portanto de indispensável leitura para complementação da história setecentista brasileira, num período em que assistimos a alguns acontecimentos dos mais significativos de nossa evolução.

Eis uns tantos motivos para recebermos com especial agrado este segundo volume das **Notícias**, valorizado, como o primeiro, pelo bem elaborado índice onomástico, ideográfico e cronológico das próprias notícias.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* * *

IRIA (Alberto). — **Da navegação portuguesa no Índico no século XVII**, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1963, 309 págs.

Valendo-se do opulento acervo documental conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, cuja direção está entregue à sua alta competência, o historiador português Alberto Iria acaba de dar-nos valiosa seleção de textos manuscritos, em sua maior parte inéditos, referentes à empresa efetivada por Portugal no século XVII no Oceano Índico.

A obra é enriquecida pelo extenso **preâmbulo**, que se intercala ao longo do amplo inventário, em ordem cronológica, dos documentos ligados àquêl oceano.

Este trabalho resultou da comunicação que o autor fez ao **II Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico**, realizado simultaneamente com o **VI Colóquio Internacional de História Marítima**, no período de 13 a 20 de agosto de 1962, em Lourenço Marques, capital de Moçambique (conforme o número especial que a revista **Stvdia** dedicou a ambos os conclaves).

Limitando ao século XVII a coleta dos documentos que comentou, isso por força do fato de ser este o período em que a documentação daquele Arquivo sobre o Oriente português é a mais rica, o autor fez assim coincidir o seu trabalho com um período bastante significativo para a história da navegação portuguesa, cujos domínios já anteriormente consolidados, apresentavam nessa altura, entretanto, cada vez mais pronunciado declínio, sob a disputa de diferentes nações, particularmente a Holanda, que interessadas naqueles mercados, perpetravam sucessos que implicavam a própria sobrevivência do império português na área afro-asiática.

Dessa maneira, o trabalho do autor representa contribuição indicativa de fontes das mais sugestivas para o estudo dos historiadores, responsáveis já estes pela formação de uma biblioteca de alto nível sobre a presença portuguesa no Índico.

Problemas bastante interessantes nos sugerem os textos documentais ora coligidos. No tocante à **Carreira da Índia** vêm eles trazer precioso conjunto de informações sobre os vencimentos e vantagens das tripulações, passageiros regulares e clandestinos, processos de recrutamento para preenchimento dos "claros" a bordo, reparos das naus, problemas de navegação, identificação de tripulantes, abastecimento, motins a bordo, além de inúmeras notícias sobre os portos portugueses.

Permitirá também a indicação desta coleção de documentos, em sua maior parte constantes dos chamados **Papéis avulsos** da Índia e de Moçambique, que se possam complementar ainda mais os levantamentos atinentes às viagens e aos barcos portugueses das grandes navegações, os quais vêm sendo realizados ao longo destes quatro séculos por vários autores que vão desde Luís de Figueiredo Falcão e Simão Ferreira Pais até Antônio Marques Esparteiro, este em nossos dias, como também aqueles levantamentos que se referem às tripulações e oficiais ligados à construção naval, que vão, desde Sousa Viterbo até Frazão de Vasconcelos, este já nosso contemporâneo.

Pela própria natureza da obra, como pelos objetivos que se propôs cumprir, teria sido mais trabalhoso, mas bastante mais útil ao leitor comum e ao especialista, que o autor ordenasse melhor o conjunto de documentos que reuniu, no sentido de dispô-los dentro da observância cronológica estrita que foi o processo aceito para a exposição, com uma divisão capitular que aliviasse o preâmbulo em benefício da amenidade da leitura, da compreensão e mesmo destinação do leitor mais interessado.

Assim, também, os recursos documentais e bibliográficos que poderiam ir ao encontro desses objetivos, seriam os índices de assuntos e onomástico.

Reclamará ainda o leitor mais interessado uma explicação do autor sobre o porquê de certos manuscritos terem merecido menor referência, ou quase tão-somente uma menção de passagem, enquanto que outros foram examinados com bem maior detença. Isto porque, nos dão impressão, os textos assim aparentemente rejeitados, que

a sua conveniência é perfeita ao se pretender a compreensão de todos os ângulos daquela empresa náutica.

Por sua vez, a própria indicação dos manuscritos, quase sempre constantes de **Papéis avulsos**, acreditamos que mereceria mais detalhes, com a única finalidade de facilitar também o pesquisador interessado em tais documentos.

Referimo-nos ao esclarecimento sobre se se trata de manuscritos catalogados ou não, bem como sobre o número da caixa ou maço em que estão, pois sem isto a localização do documento torna-se extremamente difícil e demorada, a não ser que os manuscritos da índia estejam arquivados de tal modo que a simples indicação do ano seja suficiente para a sua pronta determinação, o que não deve acontecer, uma vez que o próprio autor menciona sempre a **capilha** (térmo que nos arquivos portugueses deve indicar o que nós chamaríamos aqui de **pasta**, e na qual se guarda um manuscrito ou maço de manuscritos), desde que ela trouxesse uma indicação útil ao leitor, como a data do documento por exemplo.

A amizade e admiração que temos pelo dr. Alberto Liria é que nos anima a estas observações construtivas para dar justamente maior alcance ao seu trabalho, já de si tão meritório, que com toda a certeza, pela premência de tempo de que dispôs para apresentá-lo, não pôde atender melhor a essas exigências.

Completam o volume 40 excelentes reproduções fotográficas de gravuras portuguesas e de outras nacionalidades, mapas, aquarelas e até mesmo uma tela a óleo, conservados também no Arquivo Histórico Ultramarino, que nos mostram bem a riqueza da iconoteca que há no Palácio da Ega.

Destacou ainda o autor vários documentos, como cartas, regimentos, despachos, relações, alvarás, assentos e requerimentos, que vão em apêndice, enriquecendo assim sobremaneira este seu último trabalho, que por sua vez acrescenta-se à excelente bagagem que ele já possui sobre a História de Portugal.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

D'ELIA, S. J. (Pasquale M.). — *Il lontano confino e la tragica morte del P. João Mourão S. I., missionario in Cina (1681-1726) — Nella storia e nella leggenda, secondo documenti in gran parte inediti*. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. 1963, 604 pp.

O livro focalizado é de autoria do jesuíta Pasquale D'Elia, ex-professor de Sinologia na Pontifícia Università Gregoriana e na Università degli Studi di Roma, falecido antes de terminar sua obra, a qual teve em Domingos Manurício S. I. o revisor das ilustrações e o elaborador do índice.

Eduardo Brandão, embaixador de Portugal junto à República Italiana, apresenta o livro e refere-se ao autor, salientando

“sobretudo os seus excelentes e eruditos comentários aos trabalhos do grande Matteo Ricci” (p. XVI),

iniciador da obra catequética na China.

Prefaciando o seu próprio livro, o autor justifica a sua obra pela necessidade de esclarecer inúmeros episódios da história da Companhia de Jesus no mundo e, de imediato, a vida do Pe. João Mourão S. J., missionário na China (1681-1726).

Em 1722 morria o imperador chinês Hsüan-yeh, que não era hostil aos europeus, sem indicar o seu sucessor. A sucessão foi disputada por seus filhos, tendo saído vencedor e sido coroado imperador Yung-Cheng, que desencadeou contra seus irmãos terrível perseguição e realizou uma política desfavorável aos europeus.

O Pe. Mourão, jesuíta português, muito ligado ao príncipe Intam, irmão do imperador, caiu em desgraça juntamente com aquele, sendo ambos acusados de traição e conspiração contra Yung-Cheng. Foram exilados em Sining e mortos em 1726.

O episódio vivido pelo Pe. Mourão foi muito explorado no século XVIII pelos inimigos da Companhia de Jesus, que exemplificavam desta forma a prioridade das atividades políticas jesuíticas sobre as atividades catequéticas. Em Roma tramava-se a extinção da Companhia, e o caso Mourão foi uma das demonstrações objetivas, de como os jesuítas pactuavam com o paganismo, usando desta forma de meios maquiavélicos para chegar ao poder político. Responsabilizou-se, por outro lado, o Pe. Mourão pela perseguição que o governo chinês desencadeou sobre os cristãos de 1726-1742; desta forma um jesuíta havia arruinado uma obra importante de catequese, empreendida também por outras ordens.

O Pe. D'Elia propõe-se esclarecer, definitivamente, a atuação do missionário, através de minucioso exame de documentos da época.

“Io voglio soltanto esaminare se egli fu veramente un ribelle, un nemico dello stato cinese, un sobbilitore, un rivoluzionario, e quindi se egli fu veramente la causa della persecuzione che ne seguì, come la leggenda lo ripete da due secoli e mezzo” (p. XXII).

Percebemos, por esta declaração, as intenções verdadeiramente judiciosas do autor, mas admiramo-nos de a seguir encontrarmos:

“Se posso arrivare a provare ch'egli non fu niente di tutto questo, lo scoppo di queste pagine sarà pienamente raggiunto” (p. XXII).

Perguntamo-nos se o objetivo do autor é pesquisar a verdade ou provar a inocência do Pe. Mourão? Se a análise dos documentos nos levar a admitir a inocência do jesuíta em relação às acusações de conspiração, estaremos dentro dos métodos históricos habituais, mas, se partirmos de uma posição apriorística, como a do autor, estaremos arriscados a nos afastar da realidade.

O livro é dividido em três partes: a história, a lenda, e os documentos. Na primeira parte, baseado em farta documentação chinesa e em testemunhos da época, o autor tenta reconstituir a vida e a personalidade do Pe. Mourão. Procura analisar, à luz de documentos inéditos, tais como os éditos imperiais, uma época de agitação na sucessão do trono chinês e de desconfiança para com os europeus. Se o autor explorasse melhor as condições sino-européias que propiciaram as perseguições aos católicos, o livro ganharia muito na compreensão do processo Mourão e na explicação da situação dos inacianos na China.

Na segunda parte, o Pe. D'Elia preocupa-se em mostrar a inocência do Pe. Mourão, destruindo as opiniões e criticando documentos que admitem o contrário, argumentando que, umas e outros, são frutos da hostilidade de algumas ordens religiosas com relação à Companhia de Jesus. Destaca-se do contexto o testemunho do jansenista Villermaule, autor provável de uma obra intitulada: *Anedoctes sur l'état de la religion dans la Chine*, rica de informações e polémicas. Villermaule assim se refere ao caso Mourão:

"Anzi datto che la Compagnia di Gesù, in soli due secoli di storia ha datto più soggetti colpevoli del tipo del P. Mourão, che tutti gli altri ordini religiosi dalla loro fondazione in poi, l'unico vero rimedio sarebbe di sopprimere completamente questa Compagnia" (p. 228).

A maior parte do livro dedica-se à publicação de volumosa série de documentos de que se serviu o autor para a realização desta obra. De importante utilidade para os interessados na penetração do Cristianismo na China, esta série possui: correspondência de missionários (1.a metade do século XVIII), correspondência de embaixadores do Vaticano na China, crônicas e documentos oficiais chineses traduzidos para o latim, num total de 66 textos. Os documentos são precedidos de resumo, sem contudo obedecerem um critério cronológico rígido, o que valorizaria mais êste trabalho que, antes de ser uma obra histórica, é, antes de tudo, um levantamento de fontes históricas.

MARIA DE LOURDES MÔNACO JANOTTI

*

* *

PERDIGÃO (José de Azeredo). — II Relatório do Presidente, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1964.

Seria suficiente lembrar aqui iniciativas como os estudos feitos no Brasil dos Santos Simões sobre a azulejaria portuguesa de nosso país, cujo resultado imediato é um volume já pronto para ser impresso, que deverá integrar o "Corpus" da Azulejaria Portuguesa, ou então o restauro do histórico edifício da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que data do século XVII, ou ainda a exposição feita em Portugal dos "Documentos e Manuscritos de Música Barroca de

Minas Gerais”, tôdas elas, entre inúmeras outras, subsidiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, para plenamente justificar trazer-mos aos leitores destas páginas o registro do aparecimento de mais um Relatório do Presidente do Conselho de Administração daquela benemérita Fundação portuguesa.

Não obstante, o que desejamos é principalmente chamar a atenção daqueles que entre nós ainda não tomaram conhecimento dessa extraordinária instituição, para a importância do Relatório que ora se noticia.

A Fundação Calouste Gulbenkian desdobra suas atividades no campo internacional nos seguintes setores: Caridade, Artes, Ciência e Educação. A complexidade dos assuntos que trata e dos problemas para cuja solução colabora parcial ou integralmente, é fácil de imaginar-se se considerarmos que, além da obra realmente notável que desenvolve em Portugal, nestes quase dez anos de sua existência, tem atendido com inestimável assistência ao Reino Unido e países da Comunidade Britânica, ao Iraque e outros países do Médio Oriente, às comunidades armênias espalhadas pelo mundo, além de quarenta e oito outros países da Europa, América, África e Ásia, entre os quais se inclui o Brasil, considerado pela Presidência da Fundação como “uma segunda nação portuguesa do lado ocidental do Atlântico Sul”, o que muito nos cativa por revelar a preocupação com que a Fundação olha para os problemas brasileiros.

Conquanto nem a lei de sua criação, nem os Estatutos da Fundação o exijam, o Conselho de Administração previu que o seu Presidente periodicamente apresentasse um Relatório, sábia resolução que dá a todos os beneficiados ou interessados nos benefícios da Fundação uma oportunidade para inteirar-se dos seus planos, do critério que norteia suas nobres resoluções, levando a um público mais seletivo e numeroso uma idéia do que é a esplêndida realidade representada pela Fundação Gulbenkian, que por sua vez, independentemente desses Relatórios, já se utiliza de diferentes e eficientes meios de divulgação, através dos quais são prestadas pormenorizadas contas de sua atuação em todos os campos.

O Segundo Relatório, que ora focamos, redigido pelo dr. José de Azeredo Perdigão, Presidente da Fundação, expõe de maneira clara, objetiva e analítica, exaustivamente, os grandes encargos e problemas que a F. C. G. enfrenta, como sejam a gestão do seu imenso patrimônio, a capitalização de suas rendas, o zelo pelo aumento e valorização desse patrimônio, e sobretudo o rigor e a atenção com que vêm sendo cumpridas as altas finalidades da Fundação, previstas com singular argúcia por Calouste Sarkis Gulbenkian em seu exemplar testamento.

Inúmeros quadros demonstrativos, dados estatísticos em abundância e expressivas fotos documentam e completam o Relatório.

Pela natureza desta Revista, detemo-nos neste passo, ainda que ligeiramente, em apontar apenas algumas iniciativas que couberam à F. C. G. em Portugal e com as quais aliás tivemos oportunidade de entrar em contacto direto, impressionando-nos pelo alto

nível artístico, científico e educacional que em tôdas elas nos foi fácil verificar.

Referimo-nos especialmente ao Instituto Gulbenkian de Ciência, que por enquanto compreende o Centro de Cálculo Científico, o Centro de Biologia e o Centro de Estudos de Economia Agrária. Também o que tem efetivado a F. C. G. no setor da música, como os Festivais Gulbenkian de Música, a Orquestra de Câmara Gulbenkian, entre outras numerosas realizações, ou ainda, no setor de Educação, com o trabalho inapreciável feito pelas Bibliotecas fixas e itinerantes, os programas de bôlsas de estudos e a edição da revista “Colóquio” e do “Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira”, estão no mesmo caso.

Assim como o Primeiro Relatório, que compreendeu o período transcorrido da morte de Calouste Gulbenkian, em 20 de julho de 1955 até 31 de dezembro de 1959, êste Segundo que abarcou de 1.º de janeiro de 1960 a 31 de dezembro de 1962, espelha com o nível e a fidelidade rigorosa desojáveis o extraordinário desenvolvimento dessa instituição, cujo renome é mundial, mercê do alcance de sua ação e do desvêlo com que ela é executada pelos seus responsáveis.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

Catálogo dos Manuscritos de Macau, Separata do Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, n.º 25, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1963.

Já nos referimos (Suplemento Literário do “Estado de São Paulo” n.º 386, de 27 de junho de 1964) à importância do Boletim que a Filmoteca Ultramarina Portuguesa edita, no qual, além do inventário dos acervos documentais e muitas vêzes da publicação integral dos seus textos, que o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos faz incorporar no seu rico patrimônio de microfílmes, inserem-se também alguns catálogos de grande interêsse para o pesquisador de História.

Significativa prova dessas relações circunstanciadas que o CEHU tem promovido é o **Catálogo dos Manuscritos de Macau**, que ora sai em separata do último número (25) do Boletim da Filmoteca, catálogo êsse que constitui a segunda parte de uma publicação já iniciada no 19.º volume do referido Boletim, correspondente a dezembro de 1961.

Foi por volta de 1557 que os portugueses conseguiram o “direito de residência em Macau”, onde desde logo se multiplicaram as cabanas de junco ao lado das casas de pedra e cal, denunciadoras do progresso no Oriente, ponto de encôntro com o Ocidente, que hoje constitui uma cidade colorida e de burburinhos, onde europeus, maçaenses e chineses misturam com o enleio numa paisagem aformo-

seada pelas hortas chinesas, que dão a última palavra na secular horticultura de uma civilização que já foi vegetal, ao lado da vida marítima que se entremostra na cidade flutuante da baía.

Quanto ao precioso inventário da documentação macaense, compreendeu êle os manuscritos do Arquivo do Leal Senado da Câmara de Macau, cujos exemplares mais antigos datam do século XVII, e o núcleo do Arquivo da Repartição Central dos Serviços da Administração Civil, abrangendo 1501 documentos desde 1734 a 1895, cujo índice foi elaborado pelo macaense Basílio do Rosário.

A natureza dos documentos é vária, destacando-se aquêles referentes às relações econômicas de Macau com a China, além de outras regiões vizinhas como Timor, Índia, Solor, Cochinchina, Sião, Filipinas, Camboja, Tonquim, Malaca, Batávia, etc.

O núcleo mais importante é o da Câmara de Macau, que se compõe de 236 códices, compreendendo um período que vai de 1630 a 1924, tendo sido a inventariação feita pelo macaense Luís Gonzaga Gomes.

Pelo índice onomástico, geográfico e ideográfico que valoriza o volume, é possível verificar-se que apenas dois manuscritos têm mais direto interesse para a história do Brasil, embora os assuntos que apresentam sejam secundários, ao inverso da primeira parte do mesmo catálogo (Boletim n.º 19), que apresentou manuscritos que se referiam ao Brasil não somente em maior número, como também de maior importância histórica quanto ao seu conteúdo.

Este número 25 do Boletim da Filмотeca Ultramarina Portuguesa, do qual o Catálogo de Macau é separata, assinala 10 anos de sua circulação, representando a coleção uma das mais inteligentes contribuições que conhecemos para a história da expansão portuguesa.

Com essa publicação, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos atendeu de maneira excelente à pesquisa histórica, desta feita oferecendo a oportunidade de acesso justamente a uma das histórias econômicas que nos é menos conhecida, isto é, a do Extremo Oriente, num momento em que mais se pronunciavam em Macau duas nocentes causas da destruição dos manuscritos, ou sejam, o clima e as formigas brancas.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

WOLFF (Philippe) e DIEUZAIDE (Jean). — **Voix et images de Toulouse**. Editions Edouard Privat. Toulouse. 1962. Um volume, 18 x 22,5, com 292 páginas de texto e 96 páginas de fotografias. 35, 40 NF.

Voz: o que se diz de Toulouse, desde Estrabão e Cícero até os nossos dias. **Imagem:** uma cidade e seu povo vista por um fotógrafo duplamente sensível a êsse universo, como artista e tulusano.

Cam efeito, êsse livro se harmoniza pelo sucesso separado de dois esforços: o do historiador, Prof. Wolff, deixa os textos falarem, alguns dêles traduzidos do latim ou do ocitano; o artista, Jean Dieuzaide nos faculta descobrir a presença humana numa grande cidade. Saborosos, às vêzes agressivos, muitas vêzes comoventes, os textos são precedidos por grandes notícias históricas que precisam o sentido e amplificam o seu valor. Realista, maliciosa ou melancólica, a série de imagens não foi inserida para ilustrar o texto, mas representa uma obra que traz em si sua unidade.

Após a **Histoire de Toulouse** do Prof. Philippe Wolff, que já está na sua segunda edição, esta **Voix et Images de Toulouse** nos traz a presença dessa cidade através dos diálogos da palavra e da visão.

E. S. P.

*

* *

RODRIGUES (José Honório). — **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico político.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1964. 246 págs.

Uma das mais penetrantes interpretações panorâmicas de nossa história política acaba de dar-nos o Prof. José Honório Rodrigues, numa obra cuja leitura justamente apaixona menos pelo caráter polêmico e até pela própria natureza das proposições defendidas, do que pela acuidade do autor nas análises que realiza, qualidade essa já reconhecida em títulos vários de sua obra anterior. Se nos atrai êste último predicado, nem por isso entretanto deixam de merecer maior reflexão os temas aqui tratados pela seriedade que encerram.

Tem por objetivo o livro uma espécie de inventário das causalidades históricas brasileiras, compreendendo seus processos evolucionários e revolucionários, equacionando suas teses e antíteses mais expressivas, apuradas desde o período colonial até a contemporaneidade, através dos motivos condutores que são apontados e estudados pelo autor.

Partindo sobretudo da obra de colonização portuguesa no Brasil, aponta-nos as raízes da índole e dos comportamentos individuais e coletivos, reveladores de nossas tendências transigentes e intransigentes.

Com a informação erudita, com que sempre marcou sua obra, sabendo dar força aos dados estatísticos que arrola para sua argumentação, o prof. José Honório Rodrigues critica as teses geralmente defendidas pelo que chama de "história oficial", e que seria menos oficial do que acadêmica e acomodaticia na posição descritiva que sempre assumiu através das consagradas repetições de ambição fotográfica, isto é, de simples "flashes". sem maiores reflexões ou tentativas de interpretação, numa disposição que caracterizou a quase totalidade do nosso "processo historiográfico", pelo menos até há pouco, principalmente antes dos trabalhos de propedêutica, in-

investigação e discussão que se procedem em algumas de nossas Faculdades de Filosofia.

Nesse sentido, o que realmente temos em matéria de revisionismo, em boa parte, se circunscreve a retoques de troca-tintas mais preocupados com traços e côres, do que com a perspectiva dos quadros.

Recorrendo amiúde às páginas de jornalistas como Justiniano José da Rocha, Sales Tórrres Homem, Cipriano José Barata, Lopes Gama, alguns até contraditórios nas atitudes e campanhas que defenderam ao longo de sua carreira, mostra-nos contudo que êsses homens de imprensa sem intenção de fazer História, ou melhor de escrever História, deixaram todavia como depoimento e crítica coetâneos, algumas análises bastante válidas para a interpretação historiográfica, surpreendendo-nos apenas a ausência neste livro do nome de um dos nossos mais sérios publicistas, José Francisco Lisboa.

Na mesma linha de idéias, procura José Honório Rodrigues apontar o fio que é responsável em nosso processo pelas condescendências individuais e coletivas, na liderança ou na massa, geralmente pacíficas e paliativas, harmoniosas e pusilânimes, dando bem a medida de nossa psicologia, que não conseguiu entretanto abordar as rebeliões que em busca de uma revolução social, parcial ou integral, vêm se dando ao longo dêstes quatro séculos de nossa História.

E' a configuração do isolamento do Poder em relação à Sociedade, para a qual êle foi criado e existe. Entretanto, o nivelamento que o autor propõe para todos os movimentos de rebeldia, não nos parece acertado, como também carente de maior reflexão se nos afigura a irresponsabilidade total com que poupa nossa legislação eleitoral em relação ao mau funcionamento do mecanismo democrático (pág. 100), ou ainda a tolerância e compreensão do fenômeno que envolve a corrupção numa democracia (pág. 178). Para abusarmos um pouco mais desta lista de apreciações, anotaríamos também como excessivamente resumidas e por isso para nós inaceitáveis nos termos apaixonadamente propostos, a defesa que faz da grave política (pág. 224) e as afirmações de que a industrialização resolve simplesmente o subdesenvolvimento, quando o próprio autor critica a mentalidade que agita tal solução independente de um conjunto de condições relevantes, tôdas passíveis de consideração (pág. 26).

O estudo da tendência do povo brasileiro à conciliação, apesar de constituir-se em tema central da obra e portanto ter merecido o maior número de reflexões, chega às vezes a provocar interrogações no leitor, como à página 122, no item 32, quando aponta como qualidade positiva dêsse povo, entre outras, a desaprovação da conciliação, mas isto depois de falar mais de uma vez na sua sensibilidade e reiterado espírito de tolerância. Não entendemos também porque à página 33, afirma sem maiores explicações, que só a partir de 1730, os portos do Brasil passam a servir de escala para os navios do Oriente, quando então se estabelece próspero comércio afro-asiático-brasileiro.

Em contrapartida, os termos com que analisa o govêrno reformista de Vargas e a comparação dos demais periodos políticos em relação ao Império; o desequilíbrio regional; o verdadeiro alcance da revolução de 30; as mazelas do nosso ensino; o valor do voto do analfabeto, entre outros temas, todos geralmente escudados em numerosa legislação e dados estatísticos, são reveladores de sincera preocupação com a realidade nacional, que ora continua se debatendo em busca das reformas de base que a libertação da força opressiva de um pretérito comprometido.

Uma última lição ainda nos deixa esta obra, é a do chamamento à realidade dos historiadores brasileiros, para uma conscientização da qual êle próprio José Honório Rodrigues é um dos altos exemplos através dos temas que de uns anos para cá tem abordado em seus estudos.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

BATALHA (Jair Rocha). — **Calhaus e burgaus.** São Paulo. 1958. 95 págs.

Plano geral da obra:

1. — Prefácio.
2. — Os Gracos e o problema do "ager publicus".
3. — O determinismo geográfico no bandeirismo.
4. — Gaspar Vaz, o fundador de Mogi das Cruzes na Conquista do Guairá.
5. — Formação étnica do Bandeirante.
6. — A Marquesa de Santos.
7. — Os japoneses no município de Mogi das Cruzes.

O prof. Jair Rocha Batalha, ao publicar o seu livro **Calhaus e burgaus**, procurou, ao usar os termos burgau, que significa cascalho e calhau, que na gíria jornalística quer dizer "artigo ou tópico de pouco interesse que se põe de lado, reservando-o para ocasião em que falte melhor matéria", resolveu esconder na sua modéstia um trabalho de importância para todo aquêle que se dedica ao estudo do passado de nossas cidades mais tradicionais. Quer nos parecer que a publicação das 95 páginas que compõe **Calhaus e burgaus** se justificariam simplesmente pelos tópicos: "Gaspar Vaz, fundador de Mogi das Cruzes, na Conquista do Guairá" e "Os japoneses no município de Mogi das Cruzes", o primeiro revelando a potencialidade de um historiador, que iria ser suplantada pela vida dedicada ao estudo da Geografia, à qual se dedicou como professor que é da matéria, como o demonstra claramente o segundo tópico que citamos.

Ao destacarmos os dois tópicos, como o fizemos, pretendemos chamar a atenção dos leitores para os dois pontos principais da coletânea de artigos apresentada pelo autor, por ver nesses capítulos elementos interessantes e elucidativos, tanto para a história mais an-

tiga do município, quanto para a história mais recente, nos dando, inclusive, condições para entender melhor a estrutura da sociedade da terra de Gaspar Vaz.

Quando apreciamos a obra do prof. Jair Rosa Batalha consideramos como desnecessária a introdução do trabalho sobre os Gracos, o qual julgamos destoante do conjunto por tratar o mestre simplesmente de assuntos ligados à nossa História e a Geografia Brasileira. Assim sendo, achamos que esse artigo poderia ser inserido em uma outra coletânea e não nesta em que cuidou o professor de estudar aspectos da vida brasileira, mais especificamente da região e da terra de Mogi das Cruzes.

Feita esta ressalva consideramos de importância para os leitores a coletânea publicada em 1958.

JOSE' SEBASTIÃO WITTER

*

* *

GRINBERG (Isaac). — **Mogi das Cruzes de Antigamente**. Editôra Saraiva. São Paulo, 1964. 240 págs.

Esta obra de Isaac Grinberg é um bom trabalho jornalístico, de um homem que admira sua cidade, "sua antiga e permanente paixão", a quem dedica seu labor.

Não pode ser considerada uma obra de erudição histórica pois é antes de mais nada uma coletânea de informações colhidas da tradição oral, e exatamente por isso, tem o trabalho muito valor, uma vez que através das histórias que o povo nos transmite em suas "conversas" nos aproxima êle muito do passado.

Desde a sua primeira crônica "Mogi das Cruzes de hoje... e de antigamente" o autor nos apresenta episódios e acontecimentos do cotidiano com sabor peculiar e que nos dá, em muitos casos idéia exata do ambiente social e político de Mogi das Cruzes, de séculos e anos passados. São figuras de mogianos que, já esquecidos, retornam à vida e fatos marcantes do desenvolvimento citadino que são relembrados.

E', ao nosso ver, obra interessante para aquêle que desejar conhecer acontecimentos ligados à vida das cidades e municípios brasileiros, quer com o fito da análise histórica, quer buscando simples entretenimento, numa obra dêsse teor.

Possui o livro 240 páginas, em ótimo papel e em impressão muito boa, trazendo ainda boas ilustrações, acompanhando cada um dos episódios citados.

JOSE' SEBASTIÃO WITTER

*

* *

Arquivo Histórico da Madeira (1962-1963), Funchal, Ilha da Madeira, 1964. 276 págs.

Preocupados em contribuir para a maior divulgação no Brasil dos repertórios documentais dos arquivos portugueses, temos nesta Revista e em diferentes oportunidades (Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo" n.º 386, de 27 de junho de 1964; n.º 389, de 18 de julho de 1964 e n.º 394, de 22 de agosto de 1964) resenhado publicações metropolitanas de Portugal, cujo conteúdo aproveitou justamente ricos acervos documentais.

Nesse sentido e com idênticos propósitos, passamos agora a interessar-nos por iniciativas que têm lugar no ultramar português, onde também os arquivos e centros de estudos diversos mantêm publicações periódicas de importância para o pesquisador brasileiro.

Um expressivo exemplo dessa atenção com que os arquivos distantes da metrópole, procuram tornar conhecidos os seus recheios, estimulando com isso os trabalhos históricos e dando a lume resultados de inventariação ou mesmo estudos, para os quais direta ou indiretamente concorreram, é a publicação de mais este XIII **Boletim do Arquivo Distrital do Funchal**, competentemente dirigido pelo historiador José Pereira da Costa.

Essa publicação, que circula desde 1931, e a partir de 1960 tem-se apresentado bienal, além de trazer em suas páginas selecionada colaboração, oferece sucinta notícia sobre os trabalhos de inventariado e incorporação que há anos vêm sendo feitos nos fundos documentais daquela ilha atlântica, nos quais se incluem também os arquivos particulares, como é o caso da família Ornelas, sendo que anteriormente já fôra incorporado o acervo da família Torre Bella, que compreendia manuscritos desde o século XVI.

Merece ainda destaque o fato de terem chegado a térmo vários e importantes arrolamentos feitos em núcleos ilhéus como os da Administração do Conselho e Câmara Municipal da Ponta do Sol, da Câmara Municipal de Machico, do Recolhimento do Senhor Bom Jesus da Ribeira, da Misericórdia da Calheta e do Juízo dos Resíduos e Capelas.

Movido pelo interesse de colocar ao alcance dos estudiosos, bem como de melhor conservar essas fontes, o Arquivo da Madeira prossegue ainda no inventário de todos os núcleos notariais que fazem parte do seu acervo, o que ganha especial importância, sabendo-se que o referido arquivo possui filмотeca própria, e portanto condições de atender com grande alcance à demanda dos pesquisadores.

O presente número do Boletim traz matéria de grande interesse histórico, particularmente no que diz respeito aos anais madeirenses. Abre o volume um estudo do professor brasileiro Manuel Nunes Dias, da Universidade de São Paulo, sobre o ensaio de feitorias portuguesas ultramarinas que teve lugar no arquipélago de Arguim (1436-1460). Segue-se o pe. Isaias da Rosa Pereira que continua o seu precioso inventário de manuscritos do Direito Canônico existentes em Portugal (v. **Arq. Hist. Madeira**, vol. XI). Do pe. Eduardo

Nunes Pereira temos um artigo mostrando a atuação do Infante D. Henrique em relação à Ilha da Madeira, após o que vêm os subsídios que o sr. David Ferreira de Gouveia apresenta para um Livro de Linhagens Madeirenses. D. Charles-Martial de Witte apresenta as Bulas responsáveis pela criação da Província Eclesiástica de Funchal. O estudo do ambiente cultural da Madeira no século XVI, iniciado no vol. X, dêste Boletim é continuado agora pelo seu autor José Pereira da Costa, diretor daquele Arquivo. Finalmente, o mesmo José Pereira da Costa e a sra. Maria Clara de Sá Cruz Pereira da Costa inserem neste volume um esclarecedor inventário dos manuscritos da Misericórdia da Calheta, estabelecimento madeirense, cujos documentos foram recolhidos naquele Arquivo Distrital.

A Ilha da Madeira, que tanto parentesco histórico tem com o Brasil, oferece assim, através da divulgação dos manuscritos que conservou ao longo dos séculos, um campo de pesquisas dos mais atraentes para os nossos historiadores.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

MANDROU (Robert). — **Introduction à la France Moderne. Essai de psychologie historique (1500-1640)**. Éditions Albin Michel. Paris. 1961. in-16 XXV + 400 pp. 12 planchas fora do texto e 10 mapas. Coleção "Évolution de l'Humanité".

O sub-título é mais importante, pròpriamente, do que o título do livro. Com efeito, essa obra não é uma apresentação, após tantas outras, do século XVI francês: é uma tentativa mais original para definir, nos seus elementos dominantes, uma história das mentalidades coletivas. A experiência é feita aqui ao nível da primeira modernidade francesa: trata-se de fazer reviver o mais exatamente e também plenamente possível os franceses que viveram "de Colombo a Galileu, da descoberta da Terra e do Céu" (Michelet).

A audácia do empreendimento — que legitima a palavra **Ensaio** — descobre-se à simples evocação do seu sumário: as condições elementares da existência até a mística e mesmo à voga do suicídio, todos os compartamentos humanos são passados em revista... O livro divide-se em três partes: as medidas físicas e psíquicas dos indivíduos; os meios sociais e seus encadeiamentos de solidariedades, desigualmente sólidas, desigualmente eficazes; enfim, os grandes tipos de atividades humanas vistas nas suas determinações psicológicas: dos ofícios e divertimentos — artes, ciências, religião — evasões, às formas mais estranhas...

No fundo esta obra é ao mesmo tempo um balanço e um programa: o estado da questão, nesse domínio da psicologia coletiva, muito esquecida pelos historiadores, e, ao mesmo tempo, um plano de pesquisas a prosseguir, para ajudar êsse setor histórico a preencher seu atrazo em relação aos setores político e econômico, atual-

mente em plena expansão. Por êsse duplo caráter, êsse **Essai de psychologie historique** está bem no espírito da Coleção "Évolution de l'Humanité", que foi tão bem dirigida por Henri Berr.

E. S. P.

* * *

PEROUAS (Louis). — **La diocèse de La Rochelle de 1648 à 1724.**

Paris. S. E. V. P. E. N. Ministère de l'Éducation Nationale.

Publicação da "École Pratique des Hautes Études. VI Section". Coleção "Bibliothèque Générales". 1964.

Numa época em que as igrejas cristãs são cada vez menos missionárias, se faz sentir a necessidade de uma nova problemática da história eclesiástica, que nos dê uma visão total da vida da Igreja sob o ângulo pastoral e que, por isso, parta de uma análise sociológica do povo cristão e chegue até ao nível das suas mentalidades. Uma tal empresa não terá sucesso se não partir de sólidas monografias, dedicadas a assuntos verdadeiramente típicos. É o que propõe realizar a presente obra, consagrada a uma época particularmente ativa, da reforma católica do XVII século, e a uma diocese de primordial importância como a de La Rochelle.

Dêsse exemplo regional depreende-se uma metodologia para um estudo da geografia religiosa da França dessa época.

Entre os numerosos fenômenos estudados, o protestantismo assume um relêvo particular, devido ao papel capital desempenhado por La Rochelle.

O autor mostra, com objetividade, a diversidade das atitudes católicas para com os huguenotes, diversidade que se liga por um lado às opções fundamentais tomadas pelo conjunto dos problemas pastorais. Os setenta e cinco anos estudados permitiram-lhe, com efeito, distinguir duas grandes fases inversas que se ligam à personalidade dos bispos, mas mais ainda às grandes correntes do pensamento do momento.

E. S. P.